

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Journal do Brasil

CLASS. : Mio Ambiente

DATA : 9 12 91

PG. : 9 79

Imagem do Brasil no exterior

Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva *

As Nações Unidas atribuíram às ONGs uma responsabilidade nos trabalhos da Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento como antes nunca tiveram. Esta decisão e o fato de a Conferência ser no Brasil tiveram um efeito salutar, ou seja, a conscientização do público quanto à necessidade de defender o meio ambiente. Reação semelhante tem sido verificada em outros países. Neste particular, o progresso verificado desde 1972 é considerável.

Em consequência, as ONGs adquiriram uma responsabilidade decorrente deste novo *status*, cabendo-lhe um papel importante na implementação das decisões da Conferência depois de junho de 1992.

Infelizmente, dúvidas têm sido levantadas no tocante às campanhas financeiras de algumas entidades e talvez os melhores exemplos podem ser apontados na Grã-Bretanha onde, recentemente, Lord Whitelaw, em declaração na Câmara dos Lordes, disse estar ficando "muito preocupado quanto aos perigos de deslizamentos financeiros com as altas quantias em dinheiro utilizadas sem a necessária supervisão". E ainda "seria trágico se ocorrer malversação de somas vultosas dadas por pessoas generosas em atenção a apelos feitos". O objetivo de Lord Whitelaw visava uma legislação mais severa no controle das finanças das organizações de caridade.

Esta preocupação na área ambiental tem a sua razão de ser, e basta recordar a campanha levada a efeito pelo cantor de rock Sting que em companhia do chefe indígena Raoni percorreu inúmeros países arrecadando fundos.

Os índios brasileiros ainda não viram a cor do dinheiro. Na Inglaterra, o grito foi grande, havendo o cantor insinuado que o fruto da campanha foi enviado ao Brasil. Nem na Inglaterra nem no Brasil se tentou tirar a limpo a acusação.

Agora diante da decisão do presidente Fernando Collor de delimitar o território dos ianomânis, a organização "SURVIVAL" distribuiu folheto em que se gaba que, após 22 anos de esforços, a sua campanha alcançara o seu objetivo, como se as manifestações por ela organizadas tenham exercido

uma influência decisiva, quando na realidade a existência da organização é quase desconhecida no Brasil. A rigor, a decisão presidencial deveria significar que esta fonte de renda secara, mas os organizadores insistem em que será necessário mais recursos para tornar a delimitação uma realidade. Segundo declaração dos próprios responsáveis, "SURVIVAL" arrecadou mais ou menos 150.000 em 1991, mas nem um centavo, ou melhor dito, nem um penny foi utilizado diretamente em benefício dos ianomânis, não obstante a ênfase dada à necessidade de assistência médica.

No fundo, ocorre uma tática alarmista, que aflige a sociedade humana. Segundo Haroun Tazief, antigo secretário de Estado francês, os cenários alarmistas não surgem por acaso, visto existir um interesse setorial que só lucra com o pânico, as doações para pesquisa aumentam quando "a opinião pública sinta que existe o perigo de um desastre".

O Brasil tem sido um dos principais alvos de campanhas destinadas a arrecadar fundos para proteção dos índios e florestas

O Brasil tem sido um dos principais alvos destas campanhas destinadas a arrecadar fundos para a proteção dos índios e das florestas tropicais.

No Brasil, vozes têm reconhecido os erros nestes dois casos. E na necessidade de serem tomadas medidas concretas para remediar a situação. A divulgação no exterior de meias verdades tem provocado uma repercussão injustificada. A preocupação com os 10.000 ianomânis é justificada, mas é inexplicável o silêncio da mídia diante dos dados fornecidos pelas Nações Unidas que na década dos 90 ocorrerá a morte de 44.000 crianças por dia, a maioria na África, ou seja, 16 milhões por ano. As campanhas em defesa dos elefantes e rinocerontes têm uma repercussão superior a que é dada às crianças africanas ameaçadas de morte por falta de alimentos.

Com as soluções dadas, a demarcação das terras

dos índios, principalmente dos ianomânis, com a constatação de que o efeito estufa não é provocado pelas queimadas na Amazônia; que falharam os prognósticos de que a floresta do Mato Grosso desapareceriam em 1989, de Rondônia em 1990, do Pará em 1991 e do Acre em 1992; que o Brasil está disposto a assinar a convenção sobre biodiversidade e a convenção sobre mudança de clima, a pressão neste particular deixou de ser sobre o Brasil e passou a visar os grandes poluidores, que vêm se esquivando quanto à aceitação dos compromissos estritos em matéria ambiental. Em consequência, abriu-se nova frente, ou seja, a questão dos meninos de rua. Trata-se, sem sombra de dúvida, de uma situação imperdoável a exigir solução.

Infelizmente, a mídia tem apresentado uma imagem parcial e no exterior os filmes na televisão, produzidos na maioria por brasileiros, buscam dramatizar ainda mais a situação. Menor é sempre traduzido por criança e nas referências aos assassinatos se busca insinuar que na quase totalidade de casos as vítimas são crianças. E poucas vezes há referência aos rapazes de 17 e 18 envolvidos no tráfico de drogas. A TV independente inglesa mostrou recentemente crianças abandonadas havendo o locutor declarado que nunca na Inglaterra se admitiria que crianças fossem seqüestradas em plena Bond Street ou Piccadilly por policiais para serem torturadas e assassinadas nos subúrbios. Mas as dúvidas podem ser levantadas em alguns casos, em outras, como na campanha do milionário Goldschmidt, se trata de programa que busca identificar no Brasil uma organização idônea disposta a administrar a campanha e prestar contas de cada centavo a fim de evitar situação como a ocorrida com as contribuições obtidas por Sting.

Em suma, urge que o Brasil nesta área dê uma solução a esta situação, como fez em relação ao desmatamento da Amazônia e à questão indígena. Este fato caberá às ONGs e às instituições de caridade tenham um procedimento acima de qualquer crítica de natureza financeira. No caso brasileiro, se guiam não só por um mundo ecologicamente protegido, mas também pelos interesses superiores do país evitando se deixar contagiar pelas posições de entidades estrangeiras que, em muitos casos, contribuíram financeiramente em seus programas.

* Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional